

**PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL
CPI/05/DGE/2022 - PREDEP 31470/2022 (PROC. 4259/2022)**

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

**Desenvolvimento e Implementação de Recursos Baseados na Inteligência Artificial
(Classificação CPV: 48460000-0 JA06-06 Pacote de software analítico, científico,
matemático ou previsional)**

Cláusula 1.^a

IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO PROCEDIMENTO

1. O presente concurso público, com publicação do respetivo anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), tem por objeto a escolha do adjudicatário para a celebração de contrato com vista à integração da Inteligência Artificial (IA) no programa FITescola® com uma reestruturação da respetiva base de dados, criação de um novo Portal FITescola® e de uma nova APP para o aluno e evolução da APP do Professor existente, nos termos e condições previstas no Caderno de Encargos (CPV: 48460000-0 JA06-06).
2. O presente procedimento rege-se pelo disposto no Programa do Procedimento, no Caderno de Encargos e respetivos anexos, bem como pelo disposto em quaisquer outros documentos que façam ou venham a fazer parte integrante do mesmo, designadamente os eventuais esclarecimentos e retificações que venham a ser realizados.
3. O presente procedimento segue a tramitação prevista nos artigos 131.º e seguintes do CCP, na sua atual redação.

Cláusula 2.^a

ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o Estado Português, através da Direção-Geral da Educação, pessoa coletiva n.º 600084809, com sede em Lisboa, na Avenida 24 de Julho, n.º 140, 1399-025, abreviadamente designada por entidade adjudicante ou “DGE” e devidamente representada por José Vítor dos Santos Duarte Pedroso, na qualidade de Diretor-Geral da Educação, com poderes para o ato, conforme resulta do Despacho n.º 597/2019, de 27 de dezembro de 2018, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 8, de 11 de janeiro de 2019.

Cláusula 3.^a

ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

As decisões de autorização de despesa e de contratar foram tomadas pelo Diretor-Geral da Educação, José Vítor dos Santos Duarte Pedroso, no uso de competências próprias nos termos

do artigo 5.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho, do artigo 36.º, n.º 1, do CCP e em conformidade com o disposto no n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/2022, de 5 de maio, publicada no Diário da República n.º 96, 1.ª série, de 18 de maio.

Cláusula 4.ª

PLATAFORMA ELETRÓNICA

1. O presente Concurso é totalmente tramitado eletronicamente, pela plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt>, doravante designada “Plataforma”, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica.
2. Os interessados poderão obter as cópias das peças do procedimento, de forma gratuita, através da Plataforma.
3. Para ter acesso à plataforma eletrónica, cada interessado deve efetuar o respetivo registo, sendo este gratuito nos termos do n.º 2 do artigo 23.º e do n.º 3 do artigo 28.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Cláusula 5.ª

JÚRI DO CONCURSO

1. O júri do concurso é composto por 3 (três) membros efetivos, um dos quais preside, e 2 (dois) suplentes, designados por deliberação do órgão competente para a decisão de contratar.
2. O júri do concurso inicia as suas funções no dia útil subsequente ao do envio do anúncio para publicação.
3. Ao júri do concurso compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não esteja reservada à entidade adjudicante, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a avaliação das propostas, a realização da audiência prévia dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios preliminar e finais.
4. O júri do concurso pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito a voto.
5. Nos termos, e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, é nomeado o júri como responsável pela direção do procedimento.

Cláusula 6.ª

ESCLARECIMENTOS, ERROS OU OMISSÕES E RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do júri do concurso, devendo os interessados apresentar

- os seus pedidos de esclarecimento até às 23:59 do dia em que termina o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
2. No mesmo prazo previsto no número anterior, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e/ou as omissões detetados no caderno de encargos, relativos aos elementos previstos no n.º 2 do artigo 50.º do CCP, com exceção dos referidos na alínea d) do mesmo normativo e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
 3. O pedido de esclarecimento e a lista de erros e omissões, devem ser apresentados por escrito, através da Plataforma.
 4. Os esclarecimentos são prestados pelo júri do concurso, por escrito, através da Plataforma, até às 23:59 do dia em que termina o segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
 5. A falta de cumprimento, por qualquer motivo, do prazo referido no número anterior, implica a prorrogação do prazo para a apresentação da proposta de acordo com as regras de prorrogação previstas no artigo 64.º do CCP.
 6. No mesmo prazo previsto no n.º 4, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, indicando os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
 7. Sem prejuízo do previsto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 4, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, sem prejuízo, neste caso, do previsto no artigo 64.º, n.ºs 1 e 2, do CCP.
 8. Caso as retificações operadas ou a aceitação de erros ou omissões impliquem a alteração de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação de propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à publicitação da decisão de retificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 64.º do CCP.
 9. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na Plataforma e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
 10. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

11. As prorrogações do prazo fixado para a apresentação das propostas aproveitam a todos os interessados, sendo publicitadas nos termos do n.º 5 do artigo 64.º do CCP.

Cláusula 7.ª

IMPEDIMENTOS

1. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento concorrente as entidades face às quais se verifique algum dos impedimentos previstos no artigo 55.º do CCP.
2. A ocorrência de qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55.º do CCP implica a exclusão do concorrente, sem prejuízo do estipulado no artigo 55.º-A do mesmo Código.
3. No caso dos agrupamentos, a verificação de qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55.º do CCP por parte de qualquer uma das entidades que o compõem impede a admissão a concurso do agrupamento concorrente ou determina a sua exclusão.

Cláusula 8.ª

CONCORRENTES

1. Podem ser concorrentes ao presente concurso pessoas singulares e coletivas, nacionais ou estrangeiras, e ainda agrupamentos de pessoas singulares e/ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas desenvolvida, sem que entre elas exista qualquer vínculo jurídico de associação.
2. Os concorrentes que sejam agrupamentos de empresas, devem observar as seguintes condições:
 - a) Os membros do agrupamento não podem, em simultâneo, ser concorrentes de forma isolada ou integrar outro agrupamento concorrente;
 - b) Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, devendo os seus membros indicar o chefe de consórcio e conferir-lhe, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da entidade adjudicante, e a esta dar quitação de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato.
3. Os membros do agrupamento são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante pela manutenção da sua proposta.

Cláusula 9.^a

MODO E PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. A proposta, bem como os documentos que a integram, deve ser apresentada na Plataforma até às 23:59 do 30.º dia a contar da data do envio, para publicação, desse anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.
2. O prazo para apresentação das propostas é contado em dias corridos, nos termos do artigo 470.º do CCP.
3. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
4. Os interessados devem prever o tempo necessário para a introdução, com registo concluído na Plataforma, das propostas e todos os documentos que as acompanham e respetivas assinaturas digitais, até à hora e dia acima indicados.

Cláusula 10.^a

DOCUMENTOS INTEGRANTES DA PROPOSTA

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos, elementos e conteúdos, sob pena de exclusão da proposta:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), cujo modelo pré-preenchido pela entidade adjudicante, em formato PDF e em formato XML, consta do **Anexo IX** ao presente programa do procedimento;
 - b) Documento do qual conste o preço total proposto para a execução integral do contrato a celebrar na sequência do presente procedimento, em conformidade com o modelo constante do **Anexo II** ao presente programa;
 - c) Documentos que evidenciem a constituição da equipa técnica, em conformidade com os requisitos estabelecidos no caderno de encargos, nos seguintes moldes:
 - i. Identificação de cada recurso humano da equipa técnica a afetar à execução do contrato, através da apresentação dos dados do recurso, a sua função no contrato a celebrar, número de horas mensais que estará afeto ao referido contrato, anos de experiência profissional e habilitação académica relevante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III** ao presente programa, evidenciando os documentos (e respetivas páginas) da proposta onde é possível comprovar essas informações;
 - ii. *Curriculum Vitae* atualizado de cada recurso humano da equipa técnica a afetar à execução do contrato que tenha sido indicado nos termos do ponto anterior, tendo por base o modelo *Europass*;
 - iii. Documentos comprovativos da habilitação académica de cada elemento da equipa técnica (Certificados de licenciatura; Mestrados; Cursos Pós-graduados; Formações, Certificações técnicas);

- iv. Portefólio atualizado, de cada recurso humano a afetar à execução do contrato, que identifique o envolvimento individual do respetivo recurso em cada uma das áreas objeto do contrato (i.e., gestão de projeto, *Data Science*, Inteligência Artificial, Conceção de aplicações para ambiente Android e iOS, visão por computador e monitorização 3D), nos últimos 5 (cinco) anos com a indicação específica de estudos/projetos/trabalhos em que tenha participado, a elaborar em conformidade com o modelo constante do **Anexo IV** ao presente programa. O respetivo portefólio deve ser acompanhado dos documentos comprovativos da informação aí inserida (para este efeito, o nome dos(s) recursos deve constar de tais elementos comprovativos);
 - d) Certificações técnicas e de fabricantes;
 - e) Metodologia que o concorrente se propõe a adotar quanto à gestão e planeamento do contrato, a qual deve incluir um cronograma detalhado das atividades a realizar, em conformidade com o previsto no caderno de encargos e de acordo com os prazos máximos aí previstos.
2. A proposta deve mencionar expressamente que ao preço apresentado acresce IVA, indicando a taxa aplicável, se for o caso.
3. No caso de o concorrente ser um agrupamento, a proposta deve ainda ser acompanhada dos seguintes documentos, sob pena de exclusão da proposta:
 - a) Documento de designação do representante comum do agrupamento e respetivos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento;
 - b) Declaração de compromisso de constituição de consórcio externo, em caso de adjudicação, em regime de responsabilidade solidária;
 - c) DEUCP, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1, por cada membro do agrupamento.
4. Os documentos que constituem a proposta são, nos termos do n.º 1 do artigo 58.º do CCP, obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, no caso de tal não ser possível, serão acompanhados da devida tradução legalizada.
5. Todos e quaisquer documentos que integram a proposta devem ser assinados eletronicamente, designadamente nos termos previstos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
6. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a. Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b. Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
7. Se a assinatura eletrónica qualificada não permitir relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente, devem ser apresentados com a proposta os documentos que permitam verificar essa relação (e.g. certidões de registo comercial, procurações).

Cláusula 11.^a

PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

É de sessenta e seis (66) dias o prazo da obrigação de manutenção das propostas, contados da data do termo fixado para a apresentação das mesmas.

Cláusula 12.^a

PROPOSTAS VARIANTES

Não é permitida a apresentação de propostas variantes.

Cláusula 13.^a

NÃO ADJUDICAÇÃO POR LOTES

A produção de funcionalidades de IA é considerada técnica e funcionalmente incidível, pois tem uma unidade constitutiva e funcional que deve ser preservada.

A interdependência entre os desenvolvimentos de funcionalidades de IA e a sua adequação no *FITescala*®, estão ligadas pela mesma abordagem técnica que permite analisar atividades e desenvolvimentos que os alunos possam adquirir ao longo da sua frequência na escolaridade obrigatória, que impede a sua separação, uma vez que, nenhuma das funcionalidades pode ser autonomizada pois tal comprometeria a sua intencionalidade na produção de relatórios de progresso dos alunos, ou seja, o registo fidedigno da evolução das aprendizagens que o aluno vai adquirindo.

Cláusula 14.^a

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, nos termos do modelo de avaliação constante do Anexo I ao programa do procedimento.
2. Não há lugar à adjudicação quando se verifique qualquer uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 79.º do CCP.
3. Em caso de empate das propostas, o critério de desempate a adotar, primeiro, será o subfactor 1, depois o subfactor 2, depois o subfactor 4 e, depois, o subfactor 3.
4. Caso o empate subsista, o critério de desempate a adotar será o preço e, se ainda assim, o empate subsistir será adotado o sorteio, a realizar em data e hora a definir pela entidade adjudicante, a decorrer nos seguintes termos:
 - a) O sorteio será realizado por videoconferência, sendo convidados a assistir todos os concorrentes com as propostas empatadas;
 - b) Os concorrentes ou os seus representantes que queiram assistir ao sorteio devem remeter à entidade adjudicante, no prazo indicado na notificação da realização do

- sorteio, a respetiva identificação ou credencial da pessoa que pretende assistir, que lhes confira os necessários poderes de representação;
- c) O sorteio realizar-se-á independentemente do número de concorrentes que assista ao mesmo, não sendo a falta de comparência fundamento de exclusão da proposta.

Cláusula 15.^a

RELATÓRIO PRELIMINAR, AUDIÊNCIA PRÉVIA E RELATÓRIO FINAL

1. O júri elaborará um relatório preliminar fundamentado de análise e avaliação das propostas, debruçando-se sobre o mérito das propostas avaliadas e ordenando-as de forma decrescente, de acordo com o método de avaliação fixado para o efeito.
2. No relatório referido no número anterior, o júri deverá também propor, fundamentadamente, quando aplicável, a exclusão das propostas, nos termos do artigo 146.º do CCP.
3. De acordo com o artigo 147.º do CCP, uma vez elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o a todos os concorrentes, concedendo um prazo de 5 (cinco) dias úteis para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
4. Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer um dos motivos previstos no artigo 146.º, n.º 2, do CCP.
5. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo 148.º, n.º 2, do CCP.

Cláusula 16.^a

ADJUDICAÇÃO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar, ou em quem este tenha delegado, caso concorde com o relatório final do júri do concurso, procede à adjudicação da proposta hierarquizada em primeiro lugar.
2. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar, ou em quem este tenha delegado, e deve ser notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, sendo-lhe concedido um prazo de 5 (dias) úteis para que este se pronuncie.
3. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de avaliação das propostas.

4. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apresentar na Plataforma referida no artigo 4.º os seguintes documentos:
 - a) Documentos de habilitação referidos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP;
 - (i) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP (reproduzida como **Anexo V** ao presente programa do procedimento);
 - (ii) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h), do artigo 55.º do CCP.
 - b) Documento comprovativo da submissão da declaração efetuada no Registo Central do Beneficiário Efetivo (doravante “Declaração RCBE”), nos termos do disposto nos artigos 37.º e 38.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na redação atual, ou documento equivalente emitido no Estado em que seja nacional ou em que se situe o seu estabelecimento principal;
 - c) Documentos comprovativos da confirmação dos compromissos assumidos por entidades terceiras relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, quando aplicável;
 - d) Declaração relativa a trabalhadores estrangeiros, conforme modelo constante do **Anexo VI** ao presente programa do procedimento.
5. Caso o adjudicatário revista a forma de agrupamento, os documentos a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 4 devem ser apresentados por todos os seus membros.
6. Caso o adjudicatário revista a forma de agrupamento, no prazo identificado no n.º 4 da presente cláusula, devem ainda ser apresentados documentos comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, identificando o Chefe do Consórcio.
7. Os documentos referidos nos números anteriores devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, devem ser obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o adjudicatário declare a respetiva prevalência sobre os originais.
8. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de caducidade da adjudicação.
9. No caso de na ordem jurídica do país de origem do adjudicatário não existir documento idêntico a algum dos solicitados, pode o mesmo ser substituído por declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa, ou outra autoridade competente do país de origem, em como o documento em causa não é emitido por esse Estado.

10. Quando os documentos mencionados na subalínea ii) da alínea a) do n.º 4 da presente cláusula se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da sua apresentação ou reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos documentos estejam redigidos em língua portuguesa.
11. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa aos documentos referidos na alínea anterior, é dispensada a sua apresentação ou a indicação prevista no número anterior.

Cláusula 17.^a

CAUÇÃO

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato a celebrar, é exigida ao adjudicatário a prestação de caução no valor de 5% do preço contratual.
2. A caução deve ser prestada no prazo de 10 (dias) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação da proposta, em conformidade com um dos modelos constantes do Anexo VII e do Anexo VIII ao presente programa, devendo a sua prestação ser comprovada até ao dia imediatamente subsequente ao do termo do prazo para a respetiva prestação.

Cláusula 18.^a

CONTRATO

1. O contrato será reduzido a escrito, nos termos dos artigos 94.º e seguintes do CCP.
2. Após a aceitação da minuta do contrato pelo adjudicatário, nos termos do artigo 101.º do CCP, no prazo determinado pela entidade adjudicante e com respeito pelo disposto no artigo 104.º do mesmo código, o contrato será celebrado através da aposição de assinaturas eletrónicas.
3. A celebração do contrato é publicitada nos termos previstos no artigo 465.º do CCP.

Cláusula 19.^a

ENCARGOS E DESPESAS DOS CONCORRENTES

1. São encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração da proposta.
2. São da responsabilidade do adjudicatário, as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato e prestação da caução.

Cláusula 20.^a

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO ÂMBITO DO CONCURSO

1. Nos termos do disposto nas alíneas a) e b) do artigo 6.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), e exclusivamente para efeitos do presente procedimento e do

cumprimento de obrigações jurídicas a que esteja adstrita, a entidade adjudicante poderá tratar dados pessoais, nomeadamente de identificação e informação relativa ao registo criminal relativos aos concorrentes, incluindo dos seus representantes, órgãos sociais, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, e transmiti-los a terceiros, como seja plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, na estrita medida do necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.

2. Os candidatos e concorrentes são responsáveis por garantir o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos seus órgãos sociais representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos, quando aplicável, e prestando aos titulares dos dados as informações referentes ao processamento de dados pela entidade adjudicante, em cumprimento do direito à informação.
3. Os dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus órgãos sociais, representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores são eliminados logo que cesse a obrigação legal ou contratual de os conservar.

Cláusula 21.^a

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que o presente programa for omissa observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação e regulamentação aplicável.

O Diretor-Geral da Educação

Anexos:

Anexo I - Modelo de avaliação de propostas

Anexo II - Modelo de declaração da proposta e preço

Anexo III - Modelo de declaração de identificação da equipa técnica a afetar à execução do contrato

Anexo IV - Modelo de declaração de portefólio de cada membro da equipa técnica a afetar à execução do contrato

Anexo V - Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º

Anexo VI - Modelo de declaração relativa a trabalhadores estrangeiros

Anexo VII - Modelos de garantia de depósito bancário

Anexo VIII - Modelo de garantia bancária/seguro-caução

Anexo IX - Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

ANEXO I

MODELO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS

1. A avaliação das propostas apresentadas é feita de acordo com a modalidade multifator do critério da proposta economicamente mais vantajosa, atendendo aos seguintes fatores e respetivos coeficientes de ponderação:
 - a) Fator Preço Proposto (P): 20%
 - b) Fator Equipa Técnica (ET): 80%
2. O resultado de avaliação de cada proposta é obtido através da seguinte fórmula, sendo a pontuação final arredondada a 2 casas decimais):

$$\text{Pontuação Final} = P \times 20\% + ET \times 80\%$$

3. No fator “Preço”, a avaliação consistirá na determinação da pontuação parcial de cada proposto utilizando as seguintes expressões:

$$\text{Preço} = \frac{\text{Preço Base} - \text{Preço da Proposta}}{\text{Preço Base}} \times 20$$

4. O fator “Equipa técnica” será avaliado tendo em conta os documentos comprovativos referentes a cada um dos elementos indicados para cada uma das áreas objeto do contrato (subfactores), cuja proposta indique uma afetação à execução do contrato e ao desenvolvimento e à produção de funcionalidades de IA a serem implementadas no programa FITescola® de, pelo menos, 70 horas mensais. Assim, elementos propostos relativamente aos quais tenha sido proposta uma alocação e afetação ao contrato inferior a 70 horas mensais, não serão contabilizados para efeito de avaliação da proposta.

- a. O subfator elementar “Número de Projetos e Experiência em gestão de projetos do recurso humano indicado como Gestor de Projeto” (Subfator 1) é operacionalizado da seguinte forma:

Gestor de Projeto:

Gestor de Projeto		Experiência em gestão de projetos (anos)		
		< 5	≥5 e ≤10	> 10
Nº de Projetos	< 7 projetos	2	4	5
	Entre 7 e 15 projetos	4	6	7
	> 15 projetos	5	7	10

- b. O subfator elementar “Grau de habilitação académica na área de *Data Science* e Experiência em projetos de *Data Science* do recurso humano indicado como Gestor técnico especialista para a área de *Data Science*” (Subfator 2) é operacionalizado da seguinte forma:

Gestor técnico especialista para a área de *Data Science*:

Gestor técnico especialista para a área de <i>Data Science</i>		Experiência em projetos de <i>Data Science</i> (anos)		
		< 3	≥3 e ≤5	> 5
Habilitação académica na área de <i>Data Science</i>	Licenciatura	2	4	5
	Mestrado	4	6	7
	Doutoramento	5	7	10

- c. O subfator elementar “Número de Projetos de Aplicações Móveis e Experiência em projetos de Aplicações Móveis do recurso humano indicado como Gestor técnico especialista para a área de aplicações móveis” (subfator 3) é operacionalizado da seguinte forma:

Gestor técnico especialista para a área de aplicações móveis:

Gestor técnico especialista para a área de aplicações móveis		Experiência em projetos de Aplicações Móveis (anos)		
		< 3	≥3 e ≤5	> 5
Nº de Projetos de Aplicações Móveis	< 5 projetos	2	4	5
	Entre 5 e 10 projetos	4	6	7
	> 10 projetos	5	7	10

- d. O subfator elementar “Número de Projetos de Análise de Movimento e Experiência em projetos de Análise Movimento do recurso humano indicado como Gestor técnico especialista para a área de análise de movimento” (subfator 4) é operacionalizado da seguinte forma:

Gestor técnico especialista para a área de análise de movimento:

Gestor técnico especialista para a área de análise de movimento		Experiência em projetos de Análise Movimento (anos)		
		< 3	≥3 e ≤5	> 5
Nº de Projetos de Análise de Movimento	< 2 projetos	2	4	5
	Entre 2 e 3 projetos	4	6	7
	> 3 projetos	5	7	10

Cada elemento da equipa técnica será avaliado de acordo com as tabelas supra, em cada uma das áreas da sua especialidade/atuação, correspondendo a pontuação final à média aritmética das pontuações atribuídas a cada elemento da equipa avaliado.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DA PROPOSTA E PREÇO

... (nome, número de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público tendente à celebração de contrato para desenvolvimento e implementação de Recursos Baseados na Inteligência Artificial, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

Declara ainda que a sua representada executará o contrato a celebrar sequência do concurso público identificado, pelo preço global de € (.... euros), o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado. Ao preço mencionado acresce o valor do imposto sobre o valor acrescentado, à taxa de ... %.

... (local), ... (data), ... (assinatura)¹

¹ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 5 a 7 do artigo 10.º .

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA A AFETAR À EXECUÇÃO DO CONTRATO

... (nome, número de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), compromete-se a afetar à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público tendente à celebração de contrato para desenvolvimento e implementação de Recursos Baseados na Inteligência Artificial, uma equipa técnica com as competências e valências necessárias de acordo com o estipulado no respetivo Caderno de Encargos.

Para este efeito, afetará à execução do contrato a celebrar os seguintes recursos²:

Nome do recurso humano: _____	Dados	Documento da proposta a consultar
Gestão do Projeto/Áreas em que intervirá no contrato a celebrar		-
Função a adotar no contrato a celebrar		-
N.º de horas mensais em que estará afeto ao contrato		-
Habilitação académica mais relevante		
Anos de experiência (comprovada na proposta apresentada)		

Nome do recurso humano: _____	Dados	Documento da proposta a consultar

² Deverão ser preenchidos tantos quadros quanto os recursos humanos que forem afetos à execução do contrato a celebrar.

Gestão do Projeto/Áreas em que intervirá no contrato a celebrar		-
Função a adotar no contrato a celebrar		-
N.º de horas mensais em que estará afeto ao contrato		-
Habilitação académica mais relevante		
Anos de experiência (comprovada na proposta apresentada)		

Nome do recurso humano: _____	Dados	Documento da proposta a consultar
Gestão do Projeto/Áreas em que intervirá no contrato a celebrar		-
Função a adotar no contrato a celebrar		-
N.º de horas mensais em que estará afeto ao contrato		-
Habilitação académica mais relevante		
Anos de experiência (comprovada na proposta apresentada)		

Nome do recurso humano: _____	Dados	Documento da proposta a consultar
Gestão do Projeto/Áreas em que intervirá no contrato a celebrar		-
Função a adotar no contrato a celebrar		-

N.º de horas mensais em que estará afeto ao contrato		-
Habilitação académica mais relevante		
Anos de experiência (comprovada na proposta apresentada)		

... (local), ... (data), ... (assinatura)³

³ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 5 a 7 do artigo 10.º.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PORTEFÓLIO DE CADA MEMBRO DA EQUIPA TÉCNICA A AFETAR À EXECUÇÃO DO CONTRATO

... (nome, número de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), compromete-se a afetar à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público tendente à celebração de contrato para desenvolvimento e implementação de Recursos Baseados na Inteligência Artificial, o recurso humano abaixo identificado⁴, o qual, nos últimos 5 (cinco) anos, participou nos estudos, projetos e/ou trabalhos de seguida elencados:

Nome do recurso humano:			
Designação dos estudos/ projetos/ trabalhos em que o recurso participou ou desenvolveu	Breve descrição do objeto	Data de termo do estudo/projeto/trabalho	Acesso ao documento comprovativo ou ficha técnica do respetivo projeto (pág. da proposta onde pode ser consultada a informação)

... (local), ... (data), ... (assinatura)⁵

⁴ Deverão ser apresentadas tantas declarações em conformidade com o presente modelo, quanto os recursos humanos que forem afetados à execução do contrato a celebrar.

⁵ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 5 a 7 do artigo 10.º.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 81.º

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo VI

Modelo de declaração relativa a trabalhadores estrangeiros

..... (*nome do adjudicatário*), pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de, com sede em, representado(a) por, na qualidade de (*no caso de Agrupamento, identificação de todas os membros que o constitui*), declara para os devidos efeitos legais, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 198.º-A da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que cumpre todas as obrigações legais relativamente a trabalhadores estrangeiros utilizados na realização dos trabalhos da prestação de serviços objeto do contrato a celebrar ao abrigo do procedimento de concurso público tendente à celebração de um contrato para desenvolvimento e implementação de Recursos Baseados na Inteligência Artificial, designadamente a legislação laboral e as obrigações de declaração de rendimentos sujeitos a desconto respeitantes à Administração Tributária e à Segurança Social.

... (local), ... (data), ... [assinatura].

ANEXO VII

MODLEO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco [•], à ordem da Entidade Adjudicante, mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito Euros [•], €

Vai [•], (firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário), com sede em [•], (morada), depositar na [•], (sede, filial, agência ou delegação) do Banco [•], a quantia de € [•], (por algarismos e por extenso) em dinheiro, como caução exigida nos termos do **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** do Programa de Procedimento, como garantia do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos e do contrato de “*desenvolvimento e implementação de Recursos Baseados na Inteligência Artificial*”. Este depósito, sem reservas, fica à ordem do Estado Português, através da Direção-Geral da Educação, à qual é igualmente remetida nesta data o comprovativo do depósito realizado nas condições descritas.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) *reconhecida(s) na qualidade*]

ANEXO VIII

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

PARA: Ministério da Educação - Direção-Geral da Educação
Av. 24 de Julho 140, 1399-025 Lisboa

Garantia número [a preencher pelo BANCO]
[data]

Exm.^{os} Senhores,

A pedido e por conta de [•] (doravante designado por “Adjudicatário”), nos termos do **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** do Programa de Procedimento e da Cláusula 38.^a do Caderno de Encargos do procedimento pré-contratual relativo ao contrato de “*desenvolvimento e implementação de Recursos Baseados na Inteligência Artificial*”, o [•] (doravante designado por “Banco”) presta, pelo presente documento, a favor do Estado Português, através do Ministério da Educação (Direção-Geral da Educação), garantia bancária até ao montante de € [montante garantido (também por extenso)], destinada a caucionar o bom e pontual cumprimento pelo Adjudicatário das obrigações assumidas na proposta adjudicada e no correspondente contrato, regendo-se pelos seguintes termos e condições:

1. Pelo presente documento, o Banco garante, na qualidade de principal pagador, sem quaisquer reservas, e, em consequência, com renúncia ao benefício da excussão prévia do património do Adjudicatário, o pagamento da importância de €[•] (doravante designada por “Montante Garantido”).
2. A presente garantia constitui uma obrigação direta do Banco perante o Estado Português, através do Ministério da Educação (Direção-Geral da Educação), é autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação.
3. O Banco obriga-se, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da receção, na [morada do Banco], de declaração escrita do Diretor-Geral da Educação, ou de quem tenha competências delegadas, a pagar ao Estado Português, através do Ministério da Educação (Direção-Geral da Educação), por crédito na conta bancária indicada naquela declaração, o Montante Garantido ou, se inferior, o montante solicitado em tal declaração.

4. A declaração referida no número anterior deve conter a indicação da importância devida pelo Adjudicatário e os fundamentos por que o Estado Português, através do Ministério da Educação (Direção-Geral da Educação), considera a importância em causa devida, constituindo comprovativo suficiente e conclusivo, sem necessidade de qualquer outra formalidade ou da apresentação de qualquer outro documento, de que a importância reclamada é devida ao abrigo desta garantia.

5. O Banco, caso venha a ser chamado a honrar a presente garantia, não pode tomar em consideração quaisquer exceções opostas pelo Adjudicatário, sendo-lhe igualmente vedado opor ao Estado Português, através do Ministério da Educação (Direção-Geral da Educação), quaisquer reservas ou meios de defesa que o Adjudicatário possa fazer valer contra aquele.

6. A presente garantia produz efeitos a partir da data da sua emissão, e permanece válida até que o Estado Português, através do Ministério da Educação (Direção-Geral da Educação), pelo Diretor-Geral da Educação, ou quem tenha competências subdelegadas, autorize expressamente a sua liberação, nos termos do Programa do Concurso e do Caderno de Encargos, não podendo ser anulada ou alterada sem o consentimento daquele e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Assinatura do legal representante do Banco, reconhecida na qualidade]

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

PARA: Ministério da Educação - Direção-Geral da Educação
Av. 24 de Julho 140, 1399-025 Lisboa

Apólice n.º: [a preencher pela Seguradora]
[data]

Exm.^{os} Senhores,

A pedido e por conta de [•] (doravante designado por “Adjudicatário”), nos termos do **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** do Programa de Procedimento e da Cláusula 35.^a do Caderno de Encargos do procedimento pré-contratual relativo ao contrato de “*desenvolvimento e implementação de Recursos Baseados na Inteligência Artificial*”, a [•] (doravante designada por “Companhia de Seguros”) presta, pelo presente documento, a favor da Estado Português, através do Ministério da Educação (Direção-Geral da Educação), seguro-caução até ao montante de € [montante garantido (também por extenso)], destinada a caucionar o bom e pontual cumprimento pelo Adjudicatário das obrigações assumidas na proposta adjudicada e no correspondente contrato, regendo-se pelos seguintes termos e condições:

1. Pelo presente documento, a Companhia de Seguros garante, na qualidade de principal pagadora, sem quaisquer reservas, e, em consequência, com renúncia ao benefício da excussão prévia do património do Adjudicatário, o pagamento da importância de €[•] (doravante designada por “Montante Garantido”).
2. O presente seguro-caução constitui uma obrigação direta da Companhia de Seguros perante o Estado Português, através do Ministério da Educação (Direção-Geral da Educação), é autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação.
3. A Companhia de Seguros obriga-se, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da receção, na [morada da Companhia de Seguros], de declaração escrita do Diretor-Geral da Educação, ou de quem tenha competências subdelegadas, a pagar ao Ministério da Educação (Direção-Geral da Educação), por crédito na conta bancária indicada naquela declaração, o Montante Garantido ou, se inferior, o montante solicitado em tal declaração.

4. A declaração referida no número anterior deve conter a indicação da importância devida pelo Adjudicatário e os fundamentos por que o Estado Português, através do Ministério da Educação (Direção-Geral da Educação), considera a importância em causa devida, constituindo comprovativo suficiente e conclusivo, sem necessidade de qualquer outra formalidade ou da apresentação de qualquer outro documento, de que a importância reclamada é devida ao abrigo deste seguro-caução.

5. A Companhia de Seguros, caso venha a ser chamada a honrar o presente seguro-caução, não pode tomar em consideração quaisquer exceções opostas pelo Adjudicatário, sendo-lhe igualmente vedado opor ao Estado Português, através do Ministério da Educação (Direção-Geral da Educação), quaisquer reservas ou meios de defesa que o Adjudicatário possa fazer valer contra aquele.

6. O presente seguro-caução produz efeitos a partir da data da sua emissão, e permanece válido até que o Estado Português, através do Ministério da Educação (Direção-Geral da Educação), pelo Diretor-Geral da Educação, ou quem tenha competências subdelegadas, autorize expressamente a sua liberação, nos termos do Programa do Concurso e do Caderno de Encargos, não podendo ser anulado ou alterado sem o consentimento daquele e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Assinatura do legal representante da Companhia de Seguros, reconhecida na qualidade]

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

Parte I: Informações relativas ao procedimento de contratação e à autoridade ou entidade contratante

Informações sobre a publicação

Referência do anúncio relevante publicado no jornal oficial da União Europeia:

Número do aviso recebido

-

Número do anúncio no índice do JO:

-

URL do JO

Jornal Oficial Nacional

-

Caso não seja publicado um anúncio de concurso no Jornal Oficial da União Europeia, ou se tal publicação não for obrigatória, a autoridade adjudicante ou a entidade adjudicante deve preencher as informações que permitam identificar de forma inequívoca o procedimento de contratação (por exemplo, a referência da publicação a nível nacional)

Identidade do adquirente

Nome oficial:

Direção-Geral da Educação

País:

Portugal

Informações sobre o procedimento de contratação

Tipo de procedimento

Concurso aberto

Título:

Desenvolvimento e Implementação de Recursos Baseados na Inteligência Artificial

Descrição sucinta:

Desenvolvimento e Implementação de Recursos Baseados na Inteligência Artificial

Número de referência atribuído ao processo pela autoridade contratante ou pela entidade contratante (caso aplicável):

Parte II: Informações sobre o operador económico

A: Informações sobre o operador económico

Nome:

-

Rua e número:

-

Código postal:

-

Localidade:

-

País:

Endereço Internet (sítio web) (se aplicável):

-

Correio eletrónico:

-

Telefone:

-

Pessoa ou pessoas a contactar:

-

Número de IVA, se aplicável:

-

Se o número de IVA não for aplicável, indicar outro número de identificação nacional, quando necessário e se for aplicável

-

O operador económico é uma micro, uma pequena ou uma média empresa?

Sim

Não

Apenas no caso de contratos reservados: o operador económico é uma entidade cujo objetivo é a integração social ou profissional, uma «empresa social» ou prevê a execução do contrato no quadro de programas de emprego protegido?

Sim

Não

Qual a percentagem correspondente de trabalhadores com deficiência ou desfavorecidos?

-

Se necessário, queira especificar a que categoria ou categorias específicas de trabalhadores com deficiência ou desfavorecidos pertencem os empregados

-

Se for caso disso, o operador económico encontra-se inscrito numa lista oficial de operadores económicos aprovados ou dispõe de certificação equivalente (por exemplo, no âmbito de um sistema de (pré-)qualificação)?

Sim

Não

- Responder às outras partes da presente secção, à secção B e, caso necessário, à secção C, da presente parte, preencher a parte V, se for caso disso, e, em todo o caso, preencher e assinar a parte VI.

a) Queira indicar o número de registo ou de certificação relevante, se aplicável:

-

b) Se o certificado de inscrição ou a certificação puderem ser obtidos por via eletrónica, indicar:

-

c) Indicar as referências em que se baseia a inscrição ou a certificação e, se for caso disso, a classificação obtida na lista oficial:

-

d) A inscrição ou a certificação abrange todos os critérios de seleção necessários?

Sim

Não

- Preencher também as informações em falta na parte IV, secções A, B, C ou D, consoante o caso, UNICAMENTE se tal for exigido no anúncio ou nos documentos do concurso relevantes

e) Pode o operador económico apresentar um certificado relativo ao pagamento das contribuições para a segurança social e dos impostos ou prestar informações que permitam à autoridade contratante ou entidade contratante obtê-lo diretamente através de uma base de dados nacional em qualquer Estado-Membro e que possa ser consultada gratuitamente?

Sim

Não

Se a documentação pertinente puder ser obtida por via eletrónica, indicar:

-

O operador económico participa no procedimento de contratação conjuntamente com outros operadores?

Sim

Não

- Queira assegurar que as outras partes interessadas preenchem um formulário DEUCP distinto.

a) Indicar o papel do operador económico no grupo (chefe do grupo, responsável pela execução de tarefas específicas...):

-

b) Indicar os outros operadores económicos que participam conjuntamente no procedimento de contratação:

-

c) Nome do grupo participante, se aplicável:

-

Quando aplicável, indicação do(s) lote(s) aos quais o operador económico pretende concorrer:

-

B: Informações sobre os representantes do operador económico #1

- Se aplicável, indicar o(s) nome(s) e endereço(s) da(s) pessoa(s) habilitada(s) a representar o operador económico para efeitos do presente procedimento de contratação:

Nome próprio

-

Apelido

-

Data de nascimento

-

Local de nascimento

-

Rua e número:

-

Código postal:

-

Localidade:

-

País:

Correio eletrónico:

-

Telefone:

-

Cargo/Agindo na qualidade de:

-

Caso necessário, fornecer informações pormenorizadas sobre a representação (forma assumida, dimensão, efeito...):

-

C: Informações sobre o recurso às capacidades de outras entidades

O operador económico depende das capacidades de outras entidades para preencher os critérios de seleção estabelecidos na parte IV, bem como os (eventuais) critérios e regras indicados na parte V?

Sim

Não

- Queira apresentar um formulário DEUCP separado com as informações exigidas nas secções A e B da presente parte e na parte III para cada uma das entidades envolvidas, devidamente preenchidos e assinados por essas mesmas entidades.

Queira notar que essas informações devem também incluir quaisquer técnicos ou serviços técnicos não diretamente integrados na empresa do operador económico, em particular os responsáveis pelo controlo da qualidade e, no caso dos contratos de empreitada de obras públicas, dos técnicos ou dos serviços técnicos a quem o operador económico poderá recorrer para executar as obras.

Na medida em que forem relevantes para efeitos da(s) capacidade(s) específica(s) a que o operador económico irá recorrer, queira incluir as informações exigidas nas partes IV e V em relação a cada uma das entidades envolvidas.

D: Informações sobre os subcontratantes a cujas capacidades o operador económico não irá recorrer

- (Esta secção só deverá ser preenchida se a informação em causa for explicitamente exigida pela autoridade ou entidade contratante.)

O operador económico tem a intenção de subcontratar alguma parte do contrato a terceiros?

- Sim
- Não

Em caso afirmativo e na medida em que sejam conhecidos, queira apresentar uma lista dos subcontratantes propostos:

-

- Se a autoridade ou entidade contratante solicitar expressamente essas informações para além das informações previstas na Parte I, queira apresentá-las nas secções A e B da presente parte e na Parte III para cada (categoria de) subcontratante em causa.

Parte III: Motivos de exclusão

A: Motivos relacionados com condenações penais

O artigo 57.º, n.º 1, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:

Participação numa organização criminosa

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação,

decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por participação numa organização criminosa, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008, relativa à luta contra a criminalidade organizada (JO L 300 de 11.11.2008, p. 42).

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Corrupção

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por corrupção, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários das Comunidades Europeias ou dos Estados-Membros da União Europeia (JO C 195 de 25.6.1997, p. 1) e do artigo 2.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, relativa ao combate à corrupção no setor privado (JO L 192 de 31.7.2003, p. 54). Este motivo de exclusão inclui também a corrupção conforme definida na legislação nacional da autoridade contratante (entidade contratante) ou do operador económico.

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

Sim

Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Fraude

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por fraude, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à proteção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias (JO C 316 de 27.11.1995, p. 48).

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

Sim

Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação,

decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção dos artigos 1.º e 3.º da Decisão-Quadro do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa à luta contra o terrorismo (JO L 164 de 22.6.2002, p. 3). Este motivo de exclusão inclui também a instigação, a cumplicidade ou a tentativa de infração nos termos do artigo 4.º da referida decisão-quadro.

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 1.º da Diretiva 2005/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2005, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo (JO L 309 de 25.11.2005, p. 15).

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

Sim

Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável?

Na aceção do artigo 2.º da Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, e que substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI do Conselho (JO L 101 de 15.4.2011, p. 1).

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

Sim

Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

B: Motivos relacionados com o pagamento de impostos ou de contribuições para a segurança social

O artigo 57.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:

Pagamento de impostos

O operador económico violou as suas obrigações relativas ao pagamento de impostos, quer no país em que se encontra estabelecido, quer no Estado-Membro da autoridade ou entidade contratante, se este último for diferente desse país de estabelecimento?

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

País ou Estado-Membro em causa

Montante em causa

-

Este incumprimento das obrigações foi estabelecido por outros meios que não uma decisão judicial ou administrativa?

- Sim
- Não

Se o incumprimento das obrigações foi estabelecido através de uma decisão judicial ou administrativa, a mesma é final e vinculativa?

- Sim
- Não

Queira indicar a data da condenação ou da decisão

-

Em caso de condenação, e na medida em que seja determinado diretamente na mesma, indicar a duração do período de exclusão

-

Queira descrever os meios utilizados

-

O operador económico já cumpriu as suas obrigações, pagando ou celebrando um acordo vinculativo com vista a pagar os impostos ou as contribuições para a segurança social em atraso, incluindo, se for caso disso, eventuais juros vencidos ou multas?

- Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

Sim

Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Pagamento de contribuições para a segurança social

O operador económico violou as suas obrigações relativas ao pagamento de contribuições para a segurança social, quer no país em que se encontra estabelecido, quer no Estado-Membro da autoridade ou da entidade contratante, se este último for diferente desse país de estabelecimento?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

País ou Estado-Membro em causa

Montante em causa

-

Este incumprimento das obrigações foi estabelecido por outros meios que não uma decisão judicial ou administrativa?

Sim

Não

Se o incumprimento das obrigações foi estabelecido através de uma decisão judicial ou administrativa, a mesma é final e vinculativa?

Sim

Não

Queira indicar a data da condenação ou da decisão

-

Em caso de condenação, e na medida em que seja determinado diretamente na mesma, indicar a duração do período de exclusão

-

Queira descrever os meios utilizados

-

O operador económico já cumpriu as suas obrigações, pagando ou celebrando um acordo vinculativo com vista a pagar os impostos ou as contribuições para a segurança social em atraso, incluindo, se for caso disso, eventuais juros vencidos ou multas?

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

Sim

Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

C: Motivos relacionados com a insolvência, conflitos de interesses ou uma falta grave em matéria profissional

O artigo 57.º, n.º 4, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:

Violação das obrigações no domínio da legislação ambiental

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação ambiental? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Violação das obrigações no domínio da legislação social

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação social? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Violação das obrigações no domínio da legislação laboral

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação laboral? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Falência

O operador económico encontra-se em situação de falência?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

Sim

Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Insolvência

O operador económico é objeto de um processo de insolvência ou de liquidação?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer

possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
 Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Acordo com os credores

O operador económico celebrou um acordo com os seus credores?

Queira inserir a sua resposta

- Sim
 Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
 Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Situação análoga, como falência ao abrigo da legislação nacional

O operador económico encontra-se em alguma situação análoga, como uma situação de falência decorrente de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais?

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Ativos sob gestão por um liquidatário

Os ativos do operador económico estão a ser geridos por um liquidatário ou pelos tribunais?

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

Sim

Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Atividades suspensas

As atividades do operador económico encontram-se suspensas?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

Sim

Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Acordos com outros operadores económicos com o objetivo de distorcer a concorrência

O operador económico celebrou acordos com outros operadores económicos com vista a distorcer a concorrência?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Falta grave em matéria profissional

O operador económico foi declarado culpado de uma falta grave em matéria profissional? Se for caso disso, ver as definições na legislação nacional, no anúncio relevante ou na documentação do concurso.

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Conflitos de interesses decorrentes da participação no procedimento de contratação

O operador económico tem conhecimento de qualquer conflito de interesses, como tipificado na legislação nacional, no anúncio relevante ou na documentação do concurso, decorrentes da sua participação no procedimento de contratação?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Intervenção direta ou indireta na preparação do presente procedimento de contratação

O operador económico ou uma empresa que lhe está associada aconselhou a autoridade ou entidade contratante ou participou de alguma outra forma na preparação do procedimento de contratação?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Rescisão antecipada, indemnizações ou outras sanções comparáveis

O operador económico foi objeto de rescisão antecipada de um contrato público anterior, de um contrato anterior com uma entidade contratante ou de um contrato de concessão anterior ou ainda objeto de um pedido de indemnização ou de outras sanções comparáveis ao abrigo desse contrato anterior?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Culpado de falsas declarações, ocultou informações, não conseguiu fornecer os documentos exigidos e obteve informações confidenciais sobre o presente procedimento

O operador económico já esteve numa das seguintes situações:

- a) Foi considerado culpado de falsas declarações ao prestar as informações requeridas para a verificação da inexistência de motivos de exclusão ou o cumprimento dos critérios de seleção,
- b) Ocultou essas informações,
- c) Não conseguiu apresentar sem demora os documentos comprovativos exigidos por uma autoridade contratante ou entidade contratante, e
- d) Diligenciou no sentido de influenciar indevidamente o processo de decisão pela autoridade ou entidade contratante para obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no concurso nem de prestar, por negligência, informações deturpadas suscetíveis de influenciar de forma determinante decisões de exclusão, seleção ou adjudicação?

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Parte IV: Critérios de seleção

Terminar

Parte VI: Declarações finais

O operador económico declara sob compromisso de honra que as informações apresentadas nas partes II - V são exatas e corretas, tendo sido prestadas com conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

O operador económico declara sob compromisso de honra que pode mediante pedido e sem demora, fornecer os certificados ou outros documentos comprovativos referidos, salvo quando::

- a) A autoridade ou entidade contratante disponha da possibilidade de obter diretamente os documentos comprovativos em causa mediante a consulta gratuita de uma base de dados nacional de qualquer Estado-Membro (desde que o operador tenha fornecido as informações (endereço Web, autoridade ou organismo emiteente, referência exata da documentação) necessárias para permitir que a autoridade ou entidade contratante o faça. Quando necessário, este elemento deverá ser acompanhado das autorizações de acesso exigidas), ou
- b) a partir de 18 de outubro de 2018, o mais tardar (dependendo da transposição para a legislação nacional do artigo 59.º, n.º 5, alínea b), da

Diretiva 2014/24/UE), a autoridade ou entidade contratante já disporá dos documentos em causa.

O operador económico autoriza expressamente a autoridade ou entidade adjudicante, conforme indicada na parte I, a ter acesso aos documentos comprovativos das informações prestadas nas informações constantes da parte III e da parte IV do presente Documento Europeu Único de Contratação Pública para efeitos do procedimento de adjudicação estabelecido na parte I.

Data, local e, quando exigido ou necessário, assinatura(s):

Data

-

Local

-

Assinatura